



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA LEGISLATIVA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

24ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR E APRIMORAR POLÍTICAS PÚBLICAS PARA COMBATER A VIOLÊNCIA FÍSICA E SEXUAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

EM: 04.10.2019

INICÍO: 09h25min

PRESIDENTE: SR. ALEX SILVA

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) - Senhoras e senhores, bom dia. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Alex Silva, após aprovação em Plenário, realiza Audiência Pública para discutir e aprimorar políticas públicas para combater a violência física e sexual da criança e do adolescente.

Cumprimentamos o autor da propositura desta Audiência Pública, Excelentíssimo Senhor Deputado Alex Silva, e agradecemos ao Senhor Hélio Gomes Ferreira, Secretário Adjunto da SESDEC, da Secretaria de Estado da Defesa, Segurança e Cidadania e Excelentíssima Senhora Liana Silva

de Almeida Lima, Secretária Adjunta da Secretaria de Estado da Assistência Social - SEAS.

Presentes nesta Audiência Pública também as seguintes autoridades, e também agradecemos as presenças: Gyovani dos Santos, Psicólogo Social do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS; Laís Reis de Castro, Técnica Pedagógica do Núcleo Estadual de Saúde na Escola - SEDUC; Senhor Genival Queiroga Júnior, Diretor do Instituto Médico Legal - IML; Senhora Dra. Denise de Carvalho Campos, Coordenadora do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Maria dos Anjos; Senhora Marina Falcão, Conselheira do 2º Conselho Tutelar de Porto Velho Rede de Enfrentamento a Violência Sexual da Criança e do Adolescente de Porto Velho; Senhora Ana Cássia da Cruz Lima Brito, Conselheira 1º Conselho Tutelar de Porto Velho; Senhor Adilson Reis, Coordenador Auxiliar da Polícia Comunitária - SESDEC; Dr. Cássio Vidal, Presidente da Comissão da Defesa dos Direitos Humanos, representando a OAB/RO; Excelentíssimo Senhor Defensor Público Dr. Eduardo Guimarães Borges, representando a Defensoria Pública do Estado de Rondônia; Excelentíssimo Senhor Promotor de Justiça Dr. Éverson Antônio Pini, representando o Ministério Público do Estado de Rondônia; Excelentíssima Senhora Dra. Maríillya Gondim Reis, Defensora Pública Titular da Vara Infração e de Execução de Medidas Socioeducativas da Comarca de Porto Velho; Senhor Ezielmo Rodrigues, Conselheiro do 3º Conselho Tutelar de Porto Velho; Senhora Maria Alice Ribeiro de Souza, Assistente Social, representando o Hospital Infantil Cosme e Damião; Senhora Marizânia Ferreira Pinheiro de Souza, 4º Conselho Tutelar de Porto Velho; Senhor Antônio Francisco Gomes da Silva, Presidente da Fundação Estadual de Atendimento Socioeducativo - FEASE; Senhora Andréia Cristiane Lobato da Assunção, Assistente Social 1º Juizado; Senhora Ana

Cristina Leandro, Coordenadora do Núcleo Socioeducativo da SEDUC; Senhora Vera Cortez, Técnica Educacional, representando a Secretaria de Estado da Educação - SEDUC; Senhora Érica Ferrão, Chefe de Gabinete, representando a Assessoria de Gabinete da Deputada Federal Jaqueline Cassol, Bancada de Rondônia; Senhora Fátima Aparecida da Silva, Assistente Social da Vara de Ato Infracional e Execução de Medidas Socioeducativas de Porto Velho. Agradecemos ainda à Senhora Ana Cristina Leandro, Coordenadora de Núcleo Socioeducativo da SEDUC - Secretaria de Estado da Educação.

Neste Momento, Sua Excelência Deputado Estadual Alex Silva procederá à abertura desta solenidade.

O SR. ALEX SILVA (Presidente) - Senhoras e senhores, bom dia. Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública para discutir e aprimorar políticas públicas para combater a violência física e sexual da criança e do adolescente.

Peço desculpas a todos por não dar para acolher a todos aqui na Mesa, as autoridades que não puderam estar conosco, mas que estão aqui no Plenário. Agradeço a presença de todos, de todo coração, por vocês se disporem a estar aqui conosco a nos ajudar a tentar solucionar de alguma maneira e inibir essa violência contra as nossas crianças. A gente sabe que é um tema muito importante, em vista de tudo o que a gente tem visto acontecer nos dias atuais.

Vamos procurar fazer uma Audiência bem dinâmica para que não se estenda muito, porque, por experiência própria, às vezes a gente participa de audiências que acaba se desgastando no tempo. Vamos procurar cada um, dentro da sua

fala, ser bem efetivo, sucinto. É sucinto? Olha, palavra bonita. Obrigado Dona Jane, só a senhora mesmo.

E assim, como todos sabem, nós presidimos hoje a Comissão de Defesa da Criança, da Mulher, do Idoso e do Adolescente. Já tive a oportunidade de realizar a primeira Audiência Pública que foi para debater a violência contra a mulher, o feminicídio, e hoje nós estamos propondo esta Audiência tão importante e eu tenho certeza que dessa Audiência, bons frutos nós iremos colher. Então, sejam bem-vindos todos.

Quero aqui, mais uma vez também, agradecer aos cerimonialistas, Dona Jane, às meninas do DECOM, todos que nos auxiliam e que nos fazem chegar até este momento. Está certo? É com você, Paim.

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias - Neste momento, convido a todos os presentes para que, de pé, cantemos o Hino Céus de Rondônia (letra de Joaquim de Araújo Lima e música de do Dr. José de Mello e Silva).

(Execução do Hino Céus de Rondônia)

Fiquem à vontade. Neste momento, retomamos a palavra ao Presidente desta Audiência Pública, Deputado Alex Silva, para que dê prosseguimento ao trabalho, nesta manhã.

O SR. ALEX SILVA (Presidente) - Nós estipulamos aqui, gente, um tempo, nós teremos dois palestrantes aqui que será o Gyovani, não é isso? E a Dra. Maríllya. Ambos terão 10 minutos e em seguida a gente dá continuidade. Então, quem vai ser o primeiro aqui? Pode ser o Gyovani? Gyovani, não é?

Giovani, por favor.

O SR. GYOVANI DOS SANTOS LIMA - Bom dia a todos. Cumprimentar o Deputado Alex Silva, em nome de toda Mesa. Eu sou Giovani, Psicólogo do CREAS - Centro de Referência Especializado em Assistência Social. Há algumas semanas, em conversa com a equipe do Deputado, que estavam preocupados em fazer esta Audiência, e fazer ela de forma propositiva. Então, a gente pôde, naquele momento contribuir com alguns dados e amadureceu esta ideia de Audiência, o porquê desta Audiência. Primeiro porque Porto Velho registrou um aumento no número de casos de violência sexual contra crianças sexual contra crianças e adolescentes. Foi a capital que teve a maior alta no País. Nós já trabalhamos com Assistência Social há 11 anos. Registrar tais dificuldades em se trabalhar com essa temática de violência contra crianças e adolescentes. Que agora, depois da Lei 13.431, a gente tem uma nova modalidade de violência tipificada, que é a violência institucional. Ou seja, nossas crianças e adolescentes, além de sofrerem a violência, principalmente em seus domicílios, às vezes, o Estado também viola novamente essa criança, esse adolescente quando a faz repetir várias vezes a violação acontecida. Ela precisa falar no Conselho Tutelar, ela precisa falar na Delegacia, precisa falar no Hospital. Ela está sempre revitimizando essa criança, esse adolescente.

Então, essa é uma preocupação com a mudança na Lei, que é de 04 de abril de 2017, que entrou em vigor o ano passado, é que tem que ser evitado esse tipo de revitimização e esse tipo de revitimização é um crime também, a violência institucional. Nessa Lei, ficou previsto que as cidades construiriam um centro integrado para atendimento a crianças vítimas de violência. E os

municípios que não tivessem condição de construir esses centros integrados, a Rede de Enfrentamento - e por isso a importância da coordenação da rede de enfrentamento estar aqui nesta Audiência -, tem que organizar um protocolo para que essa criança seja ouvida, seja protegida e não seja revitimizada.

Os números que a gente tem em Porto Velho são assustadores. Estima-se que oitocentas crianças e adolescentes sofrem violência sexual todos os anos em Porto Velho. Dessas oitocentas crianças e adolescentes, trezentas são atendidas no CREAS de Porto Velho. Então, o único Centro de Referência, Porto Velho. Ou seja, quinhentas crianças ficam na Rede e a gente não sabe se teve atendimento ou não para essas crianças e adolescentes.

Então, a gente tem que aprimorar também os serviços de atendimento, também aprimorar os dados, se essas crianças e adolescentes já estão sendo atendidas, estão sendo atendidas em quais órgãos, em quais necessidades que estão sendo atendidas essas crianças e adolescentes.

Porto Velho, a gente tem, e eu falo apenas por Porto Velho, que é onde eu trabalho. Nós temos uma deficiência de recursos humanos, há falta de profissionais na ponta para atender essas crianças e adolescentes. O CREAS no PAEFI que é o serviço que atende essas crianças, conta com seis psicólogos e duas assistentes sociais, para uma demanda de trezentos casos ao ano, a gente já vê que tem uma defasagem. Têm outros órgãos que também atendem, também trabalham com proteção a criança e adolescente, que há menos técnicos ainda.

Então, a gente, para falar sobre essa política, a gente tem que falar também de recursos humanos, há falta de profissionais nos órgãos, há falta de profissionais

especializados que a gente tem um programa de capacitação a esses profissionais, para que eles possam atender as necessidades das crianças e adolescentes vítimas de violências, porque são diversas, a mais grave, considero violência sexual, que as marcas são invisíveis e vão acompanhar essas crianças e adolescentes a vida inteira. Geralmente uma menina vítima de violência sexual, ela tem mais chance de ser uma mulher que sofre violência doméstica do que alguém que nunca sofreu esse tipo de violência. Há fatores de risco: a violência sexual no nosso município, ela está muito associada à questão socioeconômica. Então, o CREAS em Porto Velho, 70% dos casos de violência sexual que ele atende, vem da Zona Leste de Porto Velho. De cada dez casos de violência sexual, sete são da Zona Leste, que é a região mais populosa da cidade, mas é também a que tem os piores índices de desenvolvimento humano do município, onde os adolescentes ficam menos tempo na escola, onde os empregos são mais informais que formais, e tudo isso, contribui para esse tipo de violação.

Há muito se fala, e é uma coisa que eu gosto de frisar que a gente tenta deixar claro é: que abuso sexual é diferente de pedofilia. A gente tenta colocar tudo no mesmo balaio, tudo no mesmo bojo, mas, não é. Pedofilia é uma doença, é um transtorno do comportamento sexual que geralmente, que não necessariamente vai fazer com que haja o abuso sexual. Já o abusador é, muitas vezes, um aproveitador. Uma pessoa que tem a vida comum, que tem suas pulsões sexuais com adultos, tem como objeto sexual uma mulher adulta, mas, que naquele momento aproveita da criança, adolescente para satisfazer as suas necessidades. Há uma diferença entre quem tem um transtorno de comportamento, ou seja, o pedófilo, ele só se interessa por crianças e tem o abusador, que aproveita de um momento para cometer o abuso. Então, a gente tem que também ter essa

separação. O que mais a gente tem é abusadores, não pedófilos, o que mais a gente tem na nossa sociedade, são abusadores. São aquelas pessoas que conseguem levar uma vida normal, são algumas vezes respeitados na comunidade onde vivem, mas, que aproveitam de momentos para abusar de crianças e adolescentes.

A maioria dos casos de violência sexual acontece dentro da própria casa, por alguém da família ou alguém muito próximo. Por isso, quando se pensa em combater essa violência, a gente tem que retornar isso também para as crianças e adolescentes num serviço de alta proteção. Ensinar as nossas crianças e adolescentes os que são os abusos e como se defender. Porque se deixar só a cargo da família, a gente vai continuar correndo atrás de dados, uma vez que no Brasil e Porto Velho, não é exceção, 70% dos casos de violência acontecem dentro de casa. Os senhores e as senhoras são sabedores disso, que o lugar mais perigoso no Brasil, para uma mulher ou para uma criança e adolescente é a sua própria residência, 70% das agressões acontecem em casa.

Então, a gente não pode só contar com a família, mas, também não é colocar o pânico e dizer que as famílias são o problema não. A maioria das famílias é protetora, só que as que não são protetoras é que chamam a nossa atenção porque são essas que a gente vai precisar atender. E há várias questões correlacionadas às violências contra a criança e adolescente. Tem a questão de poder de uma sociedade machista e patriarcal, onde o pai pode tudo, tudo é centrado na figura masculina adulta, e isso faz com que tenha certo empoderamento e que cometam essas agressões. Há a questão socioeconômica também. Muitas dessas famílias são de baixa renda. Então, fica difícil denunciar o agressor quando ele é o que mantém a casa. Há uma evasão escolar.

Quando a gente atende no CREAS, geralmente essas crianças e adolescentes há uma defasagem entre idade e série na escola, então a gente tem que discutir isso. E como eu estava falando com a Laís, não tem como fazer qualquer projeto para infância e adolescência que não leve em conta a escola porque a escola é o maior espaço de socialização dos nossos jovens, é onde você encontra mais jovens.

Então, qualquer projeto, qualquer serviço, qualquer ação que queira ser exitosa, tem que levar em consideração a escola. A gente tem que voltar os serviços para a escola que aí sim, a gente vai encontrar as crianças e os adolescentes e que queremos que seja num ambiente saudável, que a escola também se dê num ambiente saudável para essas crianças e adolescentes, para que os assuntos possam ser levados e debatidos de forma honesta, de forma clara, como tem que ser.

A gente também tem responsabilidade em melhorar o debate quando se fala em educação sexual, quando se fala em autopromoção, porque há uma campanha de demonização da educação sexual. Parece que falar de educação sexual na escola é algo perigoso, algo proibido e não é. Se a gente não ensinar essas crianças a se protegerem, a se cuidarem, a gente vai continuar com números alarmantes de casos de violência. Muita gente sofre violência sem saber que está sendo violentada.

Então é isso que a gente tem como técnicos, essa obrigação e essa responsabilidade também de se inserir nesse debate. A gente não pode só deixar algumas camadas da sociedade hoje falar o que deve e o que não deve ser ensinado; o que deve e o que não deve ser debatido. A gente já está num período que a gente tem mais que lutar para que os direitos sejam preservados, do que avançar como seria o normal nessa altura do campeonato, devíamos estar lutando

para ampliar os direitos da infância de crianças e de adolescentes. Só que hoje a gente tem que lutar para manter os poucos que a gente já conseguiu.

Para encerrar a minha fala eu gostaria de dizer que há pessoas, em Porto Velho, muito interessadas nesse assunto, há pessoas que se reúnem, debatem e realizam trabalho no combate às violações de direito; há uma Rede, que apesar dos seus furos, funciona e é muito bom ver muitas pessoas da Rede aqui, como o IML que, infelizmente, não participa conosco nas reuniões da Rede de Enfrentamento de Violência Sexual, ver a parte de responsabilização a esses agressores, estarmos aqui juntos para debater isso. A gente já faz, mas tem que avançar muito.

Uma das coisas que eu gostaria de deixar no final é que muitasmães não denunciam os seus parceiros pela questão socioeconômica, por não ter renda. Então, a gente poderia estudar também alguma forma de conseguir, no primeiro momento, afastar esse agressor de casa enquanto se investiga o caso, mas que tivesse uma maneira de que fosse garantida a renda para esses familiares. Acredito que os números de denúncias seriam bem maiores. A gente já estima que a cada caso revelado de violência sexual, há no mínimo mais dois que não são revelados, pelo pacto de silêncio das famílias, por, às vezes, o medo que se tem desse agressor e pela questão socioeconômica também. Então, se a gente pensar em uma forma de manter a renda dessa família mesmo após a denúncia ao agressor, eu acho que o número de casos denunciados e o número de crianças e adolescentes atendidos seriam bem maior e a gente estaria protegendo as próximas gerações, porque quem sofre esse tipo de violação, em Porto Velho, está muito associado, como eu disse, à questão socioeconômica. Então, são pessoas pobres que veem a violação de direito como algo corriqueiro em sua vida, já

que não tem acesso à saúde, não tinha acesso à educação, não tem acesso aos serviços socioassistenciais e vai se acostumar também a ter outros tipos de violação, seja ela física ou sexual, que geralmente também casam com pessoas pobres, que têm filhos pobres e a gente não consegue romper esse ciclo.

Infelizmente, em Porto Velho a violação de direito e a violação de direito sexual está, apesar de acontecer em todas as classes sociais, ela está muito associada às classes de baixa renda. Então, a gente também tem que ver a questão socioeconômica como uma forma de fortalecer as famílias, empoderar essas crianças e adolescentes para que os números de denúncias possam aumentar e o número de crianças e adolescentes atendidas aumentem e, no futuro, os números de violação de direitos sejam menores, sejam compatíveis com aquilo que a gente deseja para as crianças. Todo mundo tem, a proteção integral da criança é uma obrigação de todos: família, sociedade e Estado. Infelizmente a gente está discutindo aqui porque família e sociedade estão falhando e a gente não pode deixar que o Estado também falhe nesta proteção as crianças e adolescentes. Obrigado.

O SR. ALEX SILVA (Presidente) - Dra. Maríllya, a senhora fique à vontade.

A SRA. MARÍLLYA GONDIM REIS - Iniciar cumprimentando o Deputado Alex Silva pelo convite, pela oportunidade de estar discutindo hoje um tema tão importante, tão caro para todos nós que trabalhamos na área da infância e juventude; que fazemos parte da Rede de Proteção e de Enfrentamento à Violência e a qualquer abuso contra criança e adolescente.

Gostaria de cumprimentar meus colegas de trabalho aqui presentes, Dr. Éverson, Dr. Eduardo e os demais colegas de trabalho que se fazem presente no Plenário.

Sobre a abordagem, o Psicólogo já tratou questões, dados específicos de Porto Velho, e eu achei interessante trazer aqui hoje para esta Audiência Pública uma explanação sobre o que é a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente, porque como ele bem ressaltou, é uma Rede que tem que funcionar, que hoje tem furos que precisam ser consertados para que a gente crie um protocolo específico, até para organizar o atendimento e ter uma conclusão, ter um encaminhamento eficiente sobre as crianças e adolescentes que são vítimas de todos os tipos de abusos e violações de direitos.

Bom, então, sobre esse tema de Rede de Proteção, eu queria começar iniciando a falar sobre como é o papel da Defensoria Pública nesse enfrentamento. A Defensoria Pública é uma instituição que não é responsável apenas pela defesa das pessoas hipossuficientes financeiramente. Ela atende e faz orientações jurídicas à classe de vulneráveis como crianças e adolescentes. Ela também é responsável pela promoção de direitos humanos, seja nas perspectivas individuais ou coletivas. Então, ela tem papel de destaque nesta Rede de Proteção. Nós atendemos todas as crianças e adolescentes que são vítimas de violência doméstica, de violência externa e qualquer outro tipo de abuso, independente da situação financeira.

Bom, e essa Rede de Proteção, como é que está prevista? Ela está prevista no próprio Estatuto da Criança e do Adolescente. Se vocês puderem passar alguns slides, eu agradeço. Seja no artigo 70, que prevê especificamente medidas de prevenção e que fala que: "é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaças à violação dos direitos",

aí prevê especificamente no inciso II, a integração com os órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Conselho Tutelar e demais Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente.

Bom, da política de atendimento ele novamente reitera a necessidade dessa integração, a formação dessa Rede, pela integração de todos esses órgãos e no capítulo de acesso a Justiça, ele deixa claro que é garantido a todas as crianças e adolescentes, o acesso da justiça através da Defensoria Pública, através do Ministério Público e do próprio Poder Judiciário.

Bom, e quais são os crimes mais recorrentes que nós temos comunicações no âmbito da Defensoria Pública? Infelizmente, a violação sexual é o crime mais recorrente, mas também temos a produção, o armazenamento e a divulgação de imagens de sexo explícito, pornografia infantil. Temos diversas ocorrências de maus tratos e lesões corporais. Como o psicólogo já adiantou, um dado alarmante é que todas essas violências, 70% ocorrem no âmbito familiar.

Então, a família que tem o dever moral e precípua de proteger as crianças e os adolescentes, são os maiores violadores desses direitos e, infelizmente, é onde se vê a maior ocorrência desses crimes. Bom, o abuso e a violência sexual é uma ameaça universal. E nesse sentido foi feita uma pesquisa para identificar quais são os fatores, quais são os parâmetros que podem ser observados que estatisticamente demonstram que um país tem mais comprometimento em violação aos direitos da criança e do adolescente.

Nesta estatística feita por uma revista americana, o Brasil, dentre 40 países que foram observados, pesquisados, o Brasil tem uma posição confortável. Nós somos dentro

desta estatística, o 11º País com relação à garantia dos direitos da criança e do adolescente. Nessa pesquisa foi observada que essas violações e esses abusos não estão intrinsecamente ligados à classe social. Não é só o fato de a família ser de baixa renda ou o país ser pobre ou rico, que determina que essas violações vão ocorrer de formas mais recorrentes. Mas, um fator interessante é que ele disse que está diretamente ligado ao grau de democratização do país. Foi observado que quanto mais democrático o país, ou seja, quanto mais fácil for possível falar sobre orientação sexual, sobre educação sexual, sobre garantias, sobre violação aos direitos, mais combatente às violações e aos crimes, esse país vai estar à frente.

Bom, o relatório dessa pesquisa analisa quatro quesitos principais. Ele avalia o ambiente, como a segurança e estabilidade de um país, o aparato legal da proteção às crianças, que se diga: aqui no Brasil há um aparato muito importante e completo. Nós temos a Constituição Federal, que indica a proteção integral a crianças e adolescentes, que indica que a prioridade absoluta, entre vários outros subprincípios que garantem realmente que devemos trabalhar de forma prioritária na atuação desse grupo de vulneráveis. E também o compromisso e a capacidade dos governos em executar as políticas no setor. E é nesse quesito especificamente que o Brasil teve uma nota abaixo da média. Ele conseguiu ter uma nota positiva em todos os quesitos, mas nesse, especificamente, de execução desses compromissos é o que nós temos falhado.

Por isso a importância de estarmos hoje aqui reunidos com todas as instituições responsáveis pela defesa dessas crianças e adolescentes, para que a gente inicie uma série de engajamentos propositivos, para que a gente possa atuar realmente de forma eficiente e em Rede.

Bom, mas nem tudo dentro da perspectiva de combate à violência e abuso contra crianças e adolescentes é negativo. Nós realmente temos uma falha em implementares compromissos legais, mas nós também tivemos diversos avanços. Nós temos um combate à sexualização precoce. Existe a criminalização do estupro, que prevê que há violência presumida, independentemente de consentimento da vítima. Todas as crianças e adolescentes menores de 14 anos não podem manter relação sexual. Então, independentemente se ela consente ou não, para a lei isso configura estupro. Então, é um avanço nessa sexualização, em combate à sexualização precoce.

Outro avanço que tivemos, foi a unificação dos crimes de estupro e atentado violento ao pudor, porque nós observávamos que os meninos eram negligenciados. As meninas tinham uma proteção, que era o estupro, que prevê uma pena maior, mas os meninos, em tese, segundo a legislação anterior, eles não eram vítimas de estupros, porque o estupro, em tese, naquela época, só se configurava com a conjunção carnal e a penetração vaginal. Com a unificação dos crimes, hoje tanto meninas e meninos podem ser vítimas de estupro e a gente acaba com essa negligência que era feita às crianças do sexo masculino.

Outro ponto importantíssimo que inviabilizava tanto a instrução processual e o combate efetivo à violência sexual, e que já adiantou o Psicólogo, é o "Depoimento sem dano", que a partir de 2017 foi regulamentado, mas ele já existia, salvo melhor juízo, desde a Resolução 33 do CNJ, de 2015.

O que esse depoimento visa? A gente sabe o quanto é difícil e traumático falar sobre uma violência sexual ou até uma violência física. E, infelizmente, a gente dificilmente conseguia instruir um processo, porque

acabávamos que revitimizávamos a criança por diversas vezes. Ela passava primeiro no Conselho Tutelar, tinha que explicar toda a violação; depois na Polícia Civil; posteriormente na Defensoria Pública; no MP e, depois, diversas vezes em juízo. O "Depoimento sem dano" tem por objetivo criar um ambiente não hostil, em que as crianças e os adolescentes são ouvidos através de um psicólogo, cujas perguntas são formuladas de acordo com a capacidade de entendimento de cada um. Se necessário, de forma lúdica, de forma a evitar que a criança seja novamente violada, e dessa vez pelo Estado, que é a sua última instância, seu último recurso de proteção.

Então, a gente ainda não pode, como é muito recente a alteração legislativa e infelizmente nem todos os Estados implementaram de forma efetiva. Aqui em Rondônia, nós ainda não temos o espaço físico infelizmente, mas já é realizado. Mas em razão até da própria estrutura do fórum, que está mudando, a gente ainda não tem uma sala apropriada, não tem como dar estatísticas precisas de como a implementação desse "Depoimento sem dano" vem causar um benefício em combate à violação. Mas, obviamente, pela própria natureza e pelos próprios fins, dedutivamente, a gente sabe que vai ser um grande avanço.

Bom, a "Educação em direitos" também é muito importante, como bem salientada já pelo profissional específico da área. A gente tem que acabar com o tabu. Obviamente que a linguagem que a gente vai falar com um adolescente, com um adulto, sobre a sexualidade não é a linguagem que nós vamos tratar com as crianças. Mas é um assunto que tem que ser enfrentado. Se a criança não aprende com os seus pais, se não aprende através da escola ou outros meios que detêm capacidade técnica de prover aquele conhecimento, elas vão aprender de outra forma:

YouTube, internet e às vezes, infelizmente, até através de ocorrências de crimes.

Então, a “Educação em direitos” trazer as escolas, suas discussões de acordo e respeitando a faixa etária e a capacidade de discernimento de cada criança, de cada adolescente é muito importante, porque quebra o mito de se falar do assunto e você passa a compreender o que é sexo e até compreender se está havendo alguma violação. Muitas crianças que não recebem essa capacitação e essa orientação, acabam achando que é normal. É muito comum, infelizmente, nós ouvirmos crianças e adolescentes que acham que é normal a prática de algumas condutas sexuais com os pais, com os padrastos ou com tio, porque elas não receberam uma orientação de que aquilo é errado. Então, foi o estímulo que ela recebeu durante anos e ela acaba por compreender que aquilo é correta, que dá prazer.

Então, a importância da intervenção familiar, do Estado através da escola, do Conselho Tutelar também, é bastante impactante e causa, inibe essa violência.

Bom, o fortalecimento da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente também, como eu já ressalttei no início da explanação, este momento é muito importante para que a gente crie um protocolo realmente propositivo, para que a gente organize como se darão os encaminhamentos, as denúncias, quais são os órgãos responsáveis, e o que a gente pode cobrar de cada um.

Infelizmente a gente vê o Conselho Tutelar através de mandatos, às vezes a própria carreira do Ministério Público, da Defensoria Pública, a gente fica volátil e acaba modificando, mas, a gente precisa deixar um legado, um protocolo específico para que a gente consiga fazer os

encaminhamentos corretos e, aí, de forma eficiente a gente combater a violência contra a criança.

(Apresentação de Slides)

Bom, eu trouxe hoje um projeto que é do Judiciário do Estado de Rondônia, o Projeto Miracema que tem atuado nos distritos específicos da Comarca de Porto Velho. É um projeto que a Defensoria Pública pretende se engajar e fazer parte a partir deste ano ainda, nós temos uma reunião marcada em outubro. E o que visa esse projeto? Observamos que nos casos de violência doméstica contra criança e o adolescente, sexual, a maior ocorrência seria nos Distritos. Então, esse projeto visa levar um psicólogo, um assistente social, e a Defensoria pretende entrar levando também orientação jurídica, as consequências jurídicas para a família, para a própria igreja que repassa isso aos pais e às escolas, visa levar a educação em direitos para que a criança entenda quais são seus direitos, seus deveres, o que são as violações sexuais. Orientar que não é certo iniciar a vida sexual precoce, porque muitas daquelas crianças como estão distantes da capital, acabam compreendendo e tendo uma cultura a parte, para elas é natural e aquela história vai se repetindo.

Então, o projeto visa, na verdade, acabar com esse ciclo. Ele visa combater essa sexualidade precoce, orientando os líderes religiosos, orientando os profissionais das escolas, de saúde, os próprios pais e as crianças e os adolescentes de que aquilo deve ser aguardado para a idade adequada e mediante os cuidados necessários.

Nos próximos slides têm algumas fotos. Esse aqui é o caminho das denúncias. Como é importante, antes de passar os slides das fotos, eu coloquei o Conselho Tutelar como centro, por quê? O Conselho Tutelar é um órgão extremamente

importante para o combate à violência, o abuso contra a criança e o adolescente, porque ele é o órgão primário de contenção. Em tese, é ao Conselho Tutelar que chegam as primeiras informações e que deve tomar as medidas cabíveis - que chega da família, da comunidade, pode chegar de instituições da sociedade civil. A partir do momento que essas informações chegam ao Conselho Tutelar, ele tem que promover as comunicações à Defensoria Pública, à Polícia Civil e à própria Vara da Infância e Juventude - mudou recentemente a nomenclatura. Antigamente era chamado de Juizado de Infância e Juventude e hoje temos as Varas da Infância e Juventude: a Vara de Atos Infracionais e a Vara de Proteção à Criança e ao Adolescente.

Bom, essas são as fotos do Projeto Calama que, como dito, é realizado e implementado hoje pelo Judiciário de Rondônia, são feitos em duas etapas. Primeiro os assistentes sociais e os psicólogos se reúnem com os líderes, os líderes religiosos, as escolas se reúnem e passam as orientações, isso no primeiro dia. No segundo dia é feito um contato direto com as famílias, com as crianças, em que são repassadas as orientações para combater realmente essa sexualização precoce.

São dois anos de execução desse projeto, ainda não há dados estatísticos que a gente possa apontar como uma melhoria. Mas, só o fato de levar conhecimento, quebrar o tabu sobre a sexualidade, conhecer sobre o que é certo e o que é errado, obviamente vai causar um aspecto positivo em toda essa proposta realmente de inibir a violação e abuso contra criança. Bom, e os demais slides são fotos.

Esse foi no Distrito de Calama, no Nazaré, São Carlos, a Denise ainda quando fazia parte da equipe. Jaci-Paraná, Nova Mutum Paraná, União dos Bandeirantes.

Bom, em 2019, nós temos ainda a programação de visitar os distritos de Nova Califórnia e Extrema nos dias 14 e 18 de outubro. E, em 2020, temos a programação de atender esses distritos, mas ainda sem data.

Então, essa era a breve explanação que a Defensoria queria trazer. Ressaltar a importância de nos conhecermos e de realmente trabalharmos em rede para que a gente, efetivamente possa combater a violência. Obrigada.

O SR. ALEX SILVA (Presidente) - Obrigado, Doutora. Muito obrigado. Quero chamar à Mesa, convidar à Mesa, o meu amigo Deputado Eyder Brasil, já agradecer aqui pela presença de estar conosco.

Os próximos, no caso os palestrantes seriam o doutor e a doutora que já falaram e os próximos eu peço para que adiante o máximo. Três minutos é o suficiente? Por favor.

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônia)- Neste momento passaremos a palavra ao Excelentíssimo Senhor Promotor de Justiça Dr. Éverson Antônio Pini, representando o Ministério Público do Estado de Rondônia.

O SR. ÉVERSON ANTÔNIO PINI - Bom dia a todos. Como o meu tempo é escasso, eu vou atropelar os cumprimentos.

Há 24 anos que eu sou Promotor de Justiça e muito me preocupa a figura do Estado, a obrigação do Estado que não é cumprida a contento. Não vou falar de violência sexual especificamente, não vou falar de outro tipo de violência, porque já foram muito bem abordados aqui, mas o Estado

precisa rever o seu modelo de gestão. Nós precisamos de políticas de Estado e não políticas de Governo.

Hoje, para mim é muito claro, eu estou atuando especificamente com adolescente em conflito com a lei - que é aquele adolescente delinquente, popularmente falando -, exclusivamente com esta atividade e eu sinto a ausência completa do Estado. Nós não conseguimos movimentar a máquina pública para que as coisas funcionem. A nossa pirâmide é invertida. As cúpulas têm tudo o que tem, como um ambiente deste refrigerado, e aí eu faço uma alusão ao Ministério Público para fazer uma autocrítica da minha Instituição, não me sinto com autoridade para criticar instituição outra qualquer, mas quando você vai lá na ponta, as coisas não funcionam. Para que se consiga um veículo, por exemplo, para o CREAS, nós tivemos que conseguir recurso do Ministério Público Federal. Para conseguir R\$ 72 mil para Candeias do Jamari, R\$ 72 mil, para fazer uma política pública de atendimento ao adolescente em conflito com a lei, eu fui ontem lá, compirei na mão, uma política de boa vizinhança com o prefeito para pedir que isso fosse garantido. Para conseguir recurso para treinamento dos socioeducadores, orçamentários, eu tive que propor uma ação civil pública e no âmbito da ação civil pública fazer uma negociação para que esse recurso chegasse.

Então, a verdade é a seguinte, nós temos que ser honestos: sem dinheiro não se faz nada. A nossa legislação é espetacular, é maravilhosa, mas, infelizmente, ela não é implementada a contento. Melhorou bastante. Nós temos uma Rede que está funcionando mais ou menos, mas se o Estado não implementar isso e o Estado, quando eu quero dizer, é o Estado em todos os seus segmentos, tanto a União, como o Estado, quanto os municípios. Se não olhar para isso,

largar os nossos técnicos abandonados, sem transporte, sem combustível, sem um ar-condicionado adequado, sem condições de desenvolver os projetos, um sistema que não funciona, e aí você começa a ter políticas de governo, entra um governo e ele define uma política de governo e abandona as políticas anteriores. E aí, isso tudo vai ficando abandonado. Nós temos que olhar para essa rede. O Estado precisa olhar para essa rede. Os recursos precisam chegar lá. Porque senão nós vamos ficar fazendo audiências públicas, vamos ficar conversando e resultados efetivos nós vamos ter daqui a 50 anos. E nós não podemos esperar 50 anos. As coisas estão urgentes, elas estão pedindo.

Eu costumo sempre dizer, quando eu leio o relatório de um adolescente infrator, e o termo "infrator" não é adequado, mas eu acho que nós temos que acabar com esse politicamente correto. Falar que o menino está em um alojamento, ele está em uma cela, ele não está em alojamento. Falar que aquilo ali é uma unidade de internação, que unidade de internação? Aquilo é um presídio juvenil. Nós temos que falar o português correto. E olhar para isso e ver que os recursos não chegam para se efetivar... Para que vocês tenham uma ideia, nós temos hoje depositado em conta judicial, decorrente de uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público há 24 anos, R\$ 19 milhões para investir e construir uma unidade de internação nova, com um padrão, que nós conseguimos desenvolver um projeto padrão internacional. E nós estamos há quase três anos e não conseguimos fazer com que a coisa funcione, que a coisa ande.

Então, existe uma falência do Estado nisso e o Estado precisa se reinventar. O recurso precisa chegar aonde..., nós temos que inverter essa pirâmide. Investir nas nossas escolas, tornar as nossas escolas ambientes agradáveis,

investir nos nossos professores, investir nos nossos técnicos, preparar as pessoas, porque daí nós vamos colher resultados. Senão nós vamos continuar, Deputado, e o senhor numa Casa de Leis, fazendo leis espetaculares, mas todas as vezes que se faz uma lei espetacular, mas não cria mecanismos para que ela seja implementada, nós ficamos cada vez mais, nos sentindo num processo de falência. Então, eu entendo que nós precisamos rever isso. E, olhando o relatório dos adolescentes, no abandono que eles têm, eu sempre digo: se eu tivesse vivido essa vida, existiria uma grande possibilidade de eu ser um adolescente infrator também. Violência sexual, violência física, abandono material, falta de perspectiva. E aí eu vejo algumas pessoas falando assim: - ah, vamos juntar dinheiro para ir para a África, ajudar. A África está aqui, gente! A África está na periferia de Porto Velho. Nós não precisamos ir à África para ver as coisas.

E onde estão as políticas públicas? Eu vou trazer um exemplo aqui, eu não estou fazendo crítica à política absolutamente de ninguém, porque eu sou parte disso, eu me sinto responsável. Se nós tivéssemos um País onde as políticas públicas funcionassem efetivamente, nós não teríamos essas crianças venezuelanas nas ruas hoje, nos semáforos, não teríamos! Então, tem alguma coisa na política pública, no modelo do Estado brasileiro que não está funcionando e nós precisamos enfrentar isso. Discutir por que isso não está funcionando. Ou é falta de compromisso do servidor público ou é falta de compromisso do gestor ou é falta de planejamento ou é falta de avaliação dos resultados que está sendo feito, mas têm coisas erradas.

Então, violência sexual, por exemplo, se você tiver uma escola bem preparada, professores preparados, nós vamos

ter, hoje, uma publicidade maior e uma recepção dessa criança. Para vocês terem uma ideia, a Doutora falou sobre essa escuta da criança, mas vai ver as estruturas públicas. Nós temos que ouvir no Judiciário porque o poder público não tem estrutura para ouvir a criança. Essa semana, eu estou no plantão cível, recebi um telefonema de uma mãe que a criança foi vítima de um abuso sexual, foi no Conselho Tutelar, o Conselho Tutelar não conseguiu resolver. Eu vou ouvi-la no MP porque não tem uma estrutura de Estado para ouvir, para dar o encaminhamento para ela. E não é papel do Ministério Público, a gente faz isso. Eu faço. Não vou dizer 'com o maior prazer', porque o fato é grave, mas eu atendo, eu vou fazer, mas isso é uma exceção.

Então, Deputado, nós precisamos rediscutir o modelo de Estado. Se o Estado não fizer com que os recursos cheguem lá na ponta, especialmente para os técnicos, para as pessoas, e cobraros resultados, nós vamos continuar chovendo no molhado, infelizmente.

Essa é uma avaliação assim, bastante prática. Nada de muito técnico, porque as estatísticas estão aí. Para não se falar e já foi muito bem abordada, mas essa é a visão que eu tenho, que o Estado precisa, nós precisamos nos unir. O Poder Legislativo tem uma importância fundamental nesse processo, o Poder Executivo, o Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria, e olhar e verificar por não está ocorrendo, onde nós estamos falhando. Onde o Estado está falhando e começar a implementar políticas de Estado e não políticas de governo, para que elas não mudem de um governo para o outro.

Então, deixo esse tema a reflexão de vocês, porque para mim é muito, muito claro que se o Estado não olhar para isso... Nós temos vários projetos hoje, na socioeducação, Projeto "Vida Livre", feito pelo Ministério

Público, Projeto "Cuidando do Cuidador". Eu tenho projetos maravilhosos, mas não devia ser feito pelo Ministério Público, não é função do Ministério Público fazer isso. Mas a gente vai porque vê que alguma coisa não está funcionando lá na ponta, que alguma coisa não está funcionando lá na ponta. E isso tem que ser olhado, porque senão as soluções não virão.

Eu acho que eu já extrapolei o tempo, eu gostaria de falar mais, mas é uma ideia para mim que já é muito madura, na minha cabeça, essa visão de solução existe, de forma bastante concreta. Mas nós precisamos mudar o nosso modelo. Agradeço a atenção de todos e obrigado pela oportunidade.

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) - Registramos e agradecemos a presença da senhora Ana Carla da Silva, Vice-Presidente do Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente, e também da Dra. Taís Iamasake, Coordenadora do Fórum Estadual da Criança e do Adolescente.

O SR. ALEX SILVA (Presidente) - Só parabenizar a fala do Dr. Éverson. O senhor falou perfeito, tudo. De fato é o que tem acontecido. Sem enrolar, nas suas palavras, foi eficaz. É um tema que a gente vai debater. Eu sei que numa Audiência só, não é possível a gente falar realmente tudo, mas um pouquinho que cada um tem falado aqui, já colaborou e muito para esse tema, está bom? Parabéns, Doutor.

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) - Convidamos agora, a Dra. Denise de Carvalho Campos

Coordenadora do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Maria dos Anjos, para proferir a sua mensagem.

A SRA. DENISE DE CARVALHO CAMPOS - Bom dia a todos. Eu agradeço o convite do Deputado Alex Silva, de estar aqui representando a minha organização que é o Centro de Defesa da Criança Adolescente Maria dos Anjos, que este ano completa 26 anos de trabalho em defesa dos direitos de crianças e adolescentes. E dizer que também estamos na coordenação da Rede Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual contra Criança e Adolescente. E como o tempo é muito breve, a gente precisa deixar alguns pontos bem claros aqui. Primeiro reafirmar que a violência sexual contra crianças e adolescentes é um grave problema social e de saúde pública e que afeta indistintamente, independente de classe social, religião, cor, raça, todas as crianças no mundo inteiro, não é um problema novo e que Rondônia, traz dados graves não é de hoje.

Quando recentemente saiu no noticiário, aí na mídia, que Porto Velho figurava no ranking nacional das capitais brasileiras, primeiro lugar em estupro de crianças e adolescentes, para nós que trabalhamos com isso, não é novidade, muita gente se assustou. E aí eu acho importante também dizer que nós temos uma Rede de Enfrentamento à Violência Municipal e que ela está vinculada a uma articulação nacional, que é o Comitê Nacional de Enfretamento à Violência Sexual. E não é de hoje que a gente pauta a questão da violência nos espaços públicos. Já fizemos diversas Audiências aqui na Assembleia Legislativa, trouxemos especialistas, na Câmara Municipal também, no período da época da construção das usinas em que a questão da exploração sexual tomou uma proporção alarmante. Eu até anotei aqui olha: em 2009, tínhamos 306 casos, em 2010,

pulou para 953. Isso, registrados, mas a gente sabe que há uma subnotificação. O que chega aos registros oficiais é apenas uma pequena parte, representa uma pequena parte do número de casos que acontecem.

E aí o que isso tudo traduz? O que o Promotor acabou de falar, o Estado de Rondônia não tem uma política estadual para o enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes. E isso não é por falta de pactuações, já houve diversas pactuações. Todo ano, na Campanha Nacional de 18 de maio de maio, que o Dia Nacional de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual, a gente convida todas as autoridades, todos os seguimentos para olhar para essa situação, para esse grave problema. E o ano passado houve uma audiência no Ministério Público em que foi feita uma pactuação entre as autoridades no sentido de se comprometer a fazer, implementar políticas, a garantir recursos para o enfrentamento a essa violência. Mas, infelizmente, olha, eu estou a 34 anos nessa área, e a gente vê muito pouco avanço no âmbito das políticas públicas. Existe sim uma mobilização, uma articulação entre as organizações. A Rede é formada por organizações governamentais e não governamentais, há profissionais qualificados, capacitados, mas, é o que o Dr. Éverson, falou, não há políticas efetivas que tenham recursos garantidos e nem interesse realmente em fazer valer esses direitos.

Então, assim, a gente recentemente, na Rede, inclusive levamos uma proposição de entrar com uma ação civil pública contra o Estado, embora muita gente fala: "mas, isso vai demorar demais, isso vai resolver?", mas, enfim, nós temos que usar os instrumentos que a Lei nos oferece, e um deles é buscar o direito; Porque o direito está colocado no papel, mas ele não é dado, ele é arduamente conquistado, e

a gente vê que a situação é gravíssima por exemplo, vou só apresentar algumas questões aqui. A Dra. Maríllya falou de um fluxo, que tem que ter um fluxo de atendimento. Em nível de Porto Velho existe um fluxo, onde envolve toda a Rede: Conselho Tutelar o Sistema de Justiça como um todo, serviços socioassistenciais. Acontece que essa Rede não funciona por aquilo que ele falou, que lá na ponta nós não temos a estrutura necessária.

O CREAS, o Gyovani já falou, a gente não vai entrar em cada uma dessas situações porque o tempo é curto, mas, assim, falta pessoal, falta estrutura. Aí eu quero destacar também na fala do Gyovani, quando ele fala da Lei 13.431, onde ela vai trazer um novo, uma nova responsabilização além daquela que é afeta a quem cometeu a violência, mas há a violência institucional.

Então, quando a gente fala em responsabilização, não é só aquele agente direto que cometeu a violência, mas também aqueles que após tomar conhecimento dessa situação não fez nada, e é isso que reiteradamente o Estado de Rondônia vem fazendo. Eles não, nós não temos políticas efetivas que garantam a reparação mínima desse direito. Então, as crianças sofrem a violência, mas depois não são atendidas pelo Estado, seja no âmbito do sistema de Justiça, seja no âmbito da rede socioassistencial. Hoje, uma criança, eu falo em Porto Velho, mas eu acredito que isso seja uma realidade estadual. Hoje uma criança que passou por uma situação, ela e a família dela, de violência e que precisa de atendimento psicológico, ela não tem aonde receber esse atendimento que não existe, não existe.

O CREAS faz o acompanhamento psicossocial da situação, mas depois essa criança, ao necessitar de um atendimento terapêutico, constante, sistemático, ela não tem aonde recorrer. Nós temos usado como parceiro as faculdades de

Psicologia, mas é obrigação do Estado. As faculdades entram com parceiros, apoiando, mas as faculdades têm limitações de atendimento, elas têm limitações no período... São clínicas-escolas, o atendimento é feito por estudantes supervisionados, mas são estudantes. Elas têm as dificuldades também, que é período de recesso, de férias elas param o atendimento. Quer dizer, uma criança que vem sendo atendida lá, chegou o período de férias, acabou. Então assim, nós temos uma série de demandas que não estão sendo atendidas e essa violação é reiterada.

Outra coisa, o plano estadual. Nós temos um plano nacional que foi criado, elaborado em 2000, chama Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual, que traz as diretrizes para os planos estaduais e municipais. Rondônia, desde 2009, está sem um plano estadual, por quê? O que existia foi feito por iniciativa, inclusive, do Centro de Defesa através de um projeto, porque o Estado não tomava iniciativa à gente falou: "então vamos organizar um seminário trazer representações do Estado e fazer esse, construir esse plano". Fizemos, ele tinha metas que não foram cumpridas até 2009 e de lá para cá não temos plano. Então assim, os Estados brasileiros estão revisando seus planos, atualizando e nós não temos nada.

No âmbito também de articulação e mobilização existiu um Comitê de Enfrentamento à Violência Sexual e ele está inativo há 2 anos. O Fundo Estadual que seria o recurso também para que pudesse apoiar ações para o enfrentamento, o Fundo Estadual também está paralisado, sem possibilidade de atender através de editais públicos, organizações que queiram realizar alguma ação nesse sentido. E aí, assim, a gente, enquanto profissionais que atua nessa área, a gente lida com todas as consequências, a gravidade dessa

violência e não vê uma ação proativa do Estado no sentido de protegê-las.

Então assim, a proteção integral a uma criança, além de ser um dever ético de todos nós, está na Constituição, é um preceito constitucional. O ECA, a Constituição Federal e o ECA trazem lá: "criança, é prioridade absoluta", mas onde está essa prioridade? Ela não está nos recursos, ela não está na política, ela não está na atenção que o Estado deveria dar. Então assim, o grande violador é o Estado, o grande violador é o Estado e a gente só vê a situação piorar. Como o Gyovani trouxe, há consequências disso em longo prazo. Uma criança, de todas as violências que uma criança pode vir a passar, eu acho que a violência sexual é uma das experiências mais traumáticas na vida de uma criança, porque ela tira a possibilidade de um desenvolvimento saudável e de um exercício da sexualidade segura sem a interferência de um adulto. A criança está num processo de formação. Então, as consequências, hoje a gente vê aí um alto índice de violência doméstica contra a mulher, alto índice de suicídio, alto índice de consumo de drogas. Quer dizer, tudo isso está relacionado a esse desenvolvimento do sujeito criança, que não foi olhado, não foi cuidado e não foi protegido.

Então a gente precisa realmente, eu quero destacar também a importância que a Doutora Marília trouxe, da educação em direitos humanos. Não se faz prevenção sem essa formação. A criança tem que saber o que é essa violência, como ela pode se proteger, porque se ela é dentro de casa ninguém sabe quando ela vai acontecer. Então, a criança precisa, dentro do seu processo de desenvolvimento, receber orientação. E a gente vê hoje um pânico moral muito grande na sociedade, que não se pode falar nada que tenha essa palavrinha: sexo, sexualidade.

Nós estamos falando de proteção. E a proteção envolve que uma criança tem que saber que um adulto não pode tocar nela sem que não seja um cuidado de pai, de mãe ali, para... Então assim, a gente precisa realmente repensar, como o Dr. Éverson falou, essa questão da gestão pública não é? Porque não é falta de recurso, eu acho que é falta realmente de interesse e vontade política em fazer.

E eu quero aqui também chamar a atenção da responsabilidade de todos nós, mas principalmente do Ministério Público, da Defensoria Pública, ao detectar que o Estado tem sido um constante violador, e o que é que tem acontecido? Qual tem sido a responsabilização do Estado por não cumprir um preceito institucional que é garantir a proteção de criança e adolescente?

Então assim, não dá para a gente viver reunindo só para falar da gravidade do problema. Tem que ter uma responsabilização e eu acho que a Lei 13.431 abre um caminho para isso. Todos nós temos deveres e responsabilidades, mas o Estado, no seu papel de garantir essa proteção e de reparar essa violação, se ele não faz, ele tem que ser responsabilizada. Chega de ficar só falando que o Estado não faz, não faz e aí? Para que temos os mecanismos para responsabilizar o Estado? É para isso.

O SR. ALEX SILVA (Presidente) - Ok, Doutora.

A SRA. DENISE CARVALHO CAMPOS - Eu agradeço.

O SR. ALEX SILVA (Presidente) - Obrigado pela sua fala. Eu peço perdão por não se estender muito para que não

tome o espaço da fala do outro. Isso aqui é um tema que se pudesse, a gente falaria a tarde toda. Parabéns, Doutora. Bem colocadas as suas palavras.

Paim, por favor, a próxima, o próximo.

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) - Agora com a palavra, a senhora Laís Reis de Castro, Técnica Pedagógica do Núcleo Estadual de Saúde, na Escola - SEDUC.

A SRA. LAÍS REIS DE CASTRO - Bom dia. Eu sou Laís, Psicóloga do Núcleo Estadual de Programa de Saúde na Escola. Então, obrigada pelo convite, Deputado. Eu trabalho com o PSE, Programa que é intersetorial do Governo Federal e que atualmente nós temos os 52 municípios pactuados no Programa, no Estado de Rondônia. Nós temos 701 escolas no PSE, 247.648 estudantes e 526 equipes de saúde para trabalhar dentro das nossas escolas com estudantes. E dentro das 12 ações do PSE, nós temos uma ação que é a Prevenção das Violências e dos Acidentes. Então que está diretamente ligada à questão da violência sexual contra a criança e os adolescentes.

E o PSE trabalha basicamente com a prevenção. Agora, para que realmente isso seja efetivado, é preciso que as equipes de saúde pactuadas no PSE no Estado de Rondônia, realmente façam um trabalho com os nossos estudantes. E, neste monitoramento que o PSE faz nos 52 municípios, nós não estamos vendo isso realmente acontecer.

Então, uma coisa é o que está escrito no Termo de Compromisso dos Municípios. Cada município que faz adesão ao Programa de Saúde na Escola, os Secretários de Saúde e de Educação, eles assinam um Termo de Compromisso. O de Saúde dizendo quantas equipes ele tem; e o de Educação, as

escolas e, conseqüentemente, os estudantes que vão ser atendidos. Mas para que realmente o PSE funcione no Estado de Rondônia e que esses números alarmantes que nós estamos vendo diminuam, é preciso que os municípios garantam no PPA, recursos financeiros para a operacionalização do PSE, porque sem isso a gente não vai conseguir diminuir esses números. Porque todos falam, mas o direito da criança já foi violado; não é, Denise e Gyovani? Quando chegam ao Gyovani e na Denise, o direito da criança já foi violado. Então, o que a gente precisa é que realmente a prevenção aconteça, que não está acontecendo.

Então, é preciso que esses documentos que foram assinados pelos Secretários, realmente sejam cumpridos e isso não está acontecendo no Estado de Rondônia.

O PSE existe desde 2007. Ele foi instituído pelo Governo Federal, no Decreto 6.286, de 2007. Aqui no Estado de Rondônia, o PSE começou em 2008. E de lá para cá...

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) - Os nossos agradecimentos à honrosa presença do Deputado Federal Léo Moraes, bancada de Rondônia na Câmara Federal, e jáoconvidamos para compor a Mesa neste momento.

O SR. ALEX SILVA (Presidente) - Desculpa, querida. Vá.

A SRA. LAÍS REIS DE CASTRO - Então, como eu falei, o que precisa é que tanto o Governo Federal, os Estados e os municípios, conseqüentemente, pactuados no PSE, realmente cumpram o que está escrito no Termo de Compromisso Municipal do PSE. Lá, existem duas ações que devem ser

realizadas com os estudantes. Ao fazer o monitoramento no Estado, nós não estamos vendo isso realmente acontecer. Os nossos estudantes estão lá nas escolas precisando desse atendimento, e esse atendimento não está sendo realizado, não é?

Então, o que precisa realmente, como disse a Denise, é que as coisas não fiquem só na fala. A gente vem todo ano, a gente fala, e o ano que vem nós vamos estar aqui de novo falando as mesmas coisas, se realmente a prevenção não for prioridade dentro de uma política estadual, não adianta. Quando o estudante chega lá na Denise ou lá no Gyovani, o direito dele já foi violado. Então, o direito dele precisa ser garantido lá na escola, antes que aconteça. E a gente precisa realmente que isso se efetive no Estado de Rondônia, para que o ano que vem a gente não esteja aqui de novo falando novamente as mesmas coisas. Obrigada.

O SR. ALEX SILVA (Presidente) - Obrigado à senhora Laís Reis de Castro pela sua fala, e me desculpe aí. Quem é a próxima, Paim, por favor?

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) - Agradecemos à senhora Lenilda Gomes de Sá, Coordenadora do Programa Criança Protegida - SESAU; senhora Carla de Souza, Coordenadora de Saúde do Adolescente, da SESAU.

Para fazer o uso da palavra, convidamos À senhora Marina Falcão, Conselheira do 2º Conselho Tutelar de Porto Velho, Rede de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes de Porto Velho.

A SRA. MARINA FALCÃO - A todos, bom dia. Parabenizo o Deputado Alex pela iniciativa brilhante. Parabéns a todos aqui presentes, ao meu amigo que acabou de chegar, Léo Moraes, aos Conselheiros Tutelares que estão presentes, Conselheiro Ezielmo, Conselheira Marizânia, Conselheira Ana Cássia, e lá na plateia, têm os Conselheiros Tutelares - levantem a mão aí nossos Conselheiros; ali têm Conselheiros Tutelares - que estamos aqui porque somos aponta, como a maioria disse, como bem citado pela Doutora, estamos ali na ponta para recebermos essas situações.

Também faz parte da Coordenação da Rede, como a Denise e alguns que ali estão também sentados. Cadê os nossos participantes, lutadores, guerreiros da Rede de Enfrentamento que estão ali também?

Queremos falar da situação do Conselho Tutelar. O Conselho Tutelar é um órgão que atende quando ele é acionado e quando há uma violação de direito com crianças e adolescentes. Temos um atendimento no Conselho Tutelar e nós temos evitado o que muitas pessoas falam, que chegam ao Conselho, fala; chegam não sei aonde, falam. Nós temos evitado essa fala. Quando chegam ao Conselho: "ah, aconteceu isso, isso, isso". A gente já faz os encaminhamentos o mais rápido possível.

E quero deixar um alerta com relação às crianças que estão em situação já de violência sexual. A maioria das informações aciona o Conselho Tutelar. A criança foi abusada sexualmente, está ali passando por uma situação totalmente precisando de ajuda médica: chama o Conselho Tutelar. A casa está pegando fogo: chama o Conselho Tutelar. Um adolescente esfaqueou o outro, viu, doutor Promotor: chama o Conselho Tutelar.

Então, a gente precisa saber o que faz o Conselho Tutelar. O artigo 136 diz as atribuições do Conselho Tutelar. Então, uma das atribuições é garantir os direitos quando há uma violação. E quando há essa violação de direitos com crianças abusadas sexualmente - está ali a Alice -, é prontamente atendido, prontamente atendido. Eu digo, porque já trabalho há anos nesta área como Conselheira Tutelar. Trabalhamos diretamente com os hospitais e a gente entra em contato com a Alice, a criança é atendida imediatamente. Há um fluxo de atendimento já elaborado pela Rede de Enfrentamento à Violência Sexual, que quando criança, até os seus 11 anos, masculino e feminino, vai ao Cosme e Damião, onde há um pronto atendimento, um trabalho lá muito bem feito e elaborado. Parabéns a nossa representante que está ali, a Alice, Assistente Social do Cosme e Damião, quando é adolescente do sexo feminino, a partir dos 12 anos na Maternidade Municipal, e quando é um menino, a partir dos 12 é nas UPAS. Então, esses são os atendimentos que são realizados com crianças vítimas de abuso sexual.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, no artigo 4º diz que é dever da família garantir primeiramente os direitos fundamentais de uma criança e de um adolescente, depois a comunidade, a sociedade e, por fim, o poder público. Então, nós gostaríamos sim que o poder público aparecesse e fizesse o seu papel com relação a garantir direitos de crianças e adolescentes. No artigo 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente diz: nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, punindo na forma da lei, por ação ou omissão aos seus direitos de criança ou adolescente. Isso é o que diz o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Gostaria de falar também, como ponta, como Conselho Tutelar, já estou como Conselheira Tutelar a um bom tempo. E como falaram, a maior violação de direito envolvendo crianças e adolescentes, é na Zona Leste, e é mesmo, é a área que eu trabalho. O Conselho Tutelar trabalha por jurisdição, por bairro, onde a criança mora, onde a criança está, o Conselho Tutelar atua. Em Porto Velho nós temos quatro Conselhos Tutelares, quatro, divididos: o primeiro Conselho atende parte do centro, São Sebastião, Nacional. O segundo Conselho, parte da Zona Leste. O quarto Conselho já atende outra parte da Zona Leste também e temos o terceiro Conselho que atende parte da Zona Sul, que o nosso Conselheiro está ali, o Ezielmo.

Então, para você entrar em contato com o Conselho Tutelar e pegar informações, você pode pegar ligar no 0800-6471311, ali nós estamos para fazer a orientação. O Conselho Tutelar trabalha 24 horas em regime de plantão, nós trabalhamos, plantão sobreaviso. Então, você pode ligar no 0800-6471311 e pedir mais informações sobre o Conselho Tutelar.

Com relação à Rede de Enfrentamento, ao qual eu faço parte, gostaria de convidar a todos, sem exceção, a todos a participarem da reunião que nós teremos uma reunião na terça-feira que vem, às 15:00 horas, lá no Ministério Público e estão todos convidados a participarem dessa reunião para que juntos possamos fazer realmente a diferença.

Eu quero encerrar com o que diz a palavra de Deus em Eclesiastes, cap. 9,10, ele diz assim: "tudo que vier em tuas mãos para fazer, fazei-o conforme as tuas forças, porque para a sepultura, para onde tu vais, lá não há obra, lá não há ciência, lá não há sabedoria alguma". Muito obrigada.

O SR. ALEX SILVA (Presidente) - Obrigado, senhora Marina Falcão. Ontem, só para ressaltar, estivemos lá em Tarilândia para tentar resolver aquela questão que os demais aí já sabem, do Conselho de lá e assim, foi bom, depois a gente vai...

A SRA. MARINA FALCÃO - Nós ficamos sabendo, a gente está em uma Rede. Parabéns, eu me esqueci de falar, realmente uma articulação muito boa. Vale ressaltar realmente. E eu quero só dizer uma coisa que eu me esqueci do Conselho de Jaci, que em Jaci também tem e precisa realmente de um olhar diferenciado também para o Conselho de Jaci. Muito obrigada.

O SR. ALEX SILVA (Presidente)- Foi bem proveitosa ontem a reunião extraordinária que nós fizemos da Comissão, lá em Tarilândia. Fui eu, a Deputada Cassia Muleta e o Deputado Anderson. Ouvimos diretamente da população sobre o caso, mas, em outra oportunidade a gente fala só com os Conselhos sobre esse assunto.

Registrar mais uma vez a presença do meu amigo, Deputado Léo Moraes, representando a Câmara Federal. Vai ser de grande valia a sua presença aqui, Deputado. A Excelentíssima Senhora Ana Maria Negreiros que está também aí na plateia, que é Secretária Municipal de Assistência Social da Família. Quem é a próximo? Dr. Hélio, não é?

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias)- Neste momento, passaremos a palavra ao Excelentíssimo Senhor

Hélio Gomes Ferreira, Secretário Adjunto da SESDEC - Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania.

O SR. HÉLIO GOMES FERREIRA - Bom dia a todos. Quero agradecer ao meu amigo Deputado Alex Silva, amigo que fiz e que respeito demais por essas iniciativas tão maravilhosas. E, na pessoa dele, cumprimentar todos os demais da Mesa, meu amigo Deputado Léo Moraes e meu amigo Deputado Eyder Brasil, eu não posso deixar de falar que são pessoas maravilhosas. Gostei muito das palavras do senhor Gyovani e também da Dra. Marillya, mas, me tocou muito as palavras do Dr. Éverson. Vejo, não uma transferência de culpa, uma terceirização que fica bem fácil nós sentarmos e ficarmos apontando dedo para os outros, mas, eu sempre, toda vez que penso nessas situações, penso a começar em mim: o que eu estou fazendo, qual é a minha responsabilidade dentro das minhas atribuições, o que estou fazendo. O Dr. Éverson bem falou ali, consciente das grandes atribuições e responsabilidades do MP, e aqui falo em nome da Secretaria de Segurança Pública que não estamos de mãos atadas, nós estamos assumindo uma postura pilática aqui de lavar as mãos e dizer que a responsabilidade é do outro governo, é de tudo o que não foi feito antes.

Minha amiga Liane está aqui, queria até que ela falasse primeiro, porque ela falar em um âmbito muito mais amplo, mas o Governo Federal estabeleceu o Programa Criança Protegida. Esse é um programa que vai estabelecer uma Rede bem interessante entre agências, aqui usando esse termo, muitas Secretarias: SEDUC, SEAS, SESAU e SESDEC, num trabalho preventivo e também reativo, no que diz respeito à violência contra a criança e o adolescente, onde essas Secretarias atuarão em conjunto. Certamente que essa Rede, a Rede de Atendimento que envolve os municípios e o Estado

em um âmbito muito mais amplo, vai continuar na sua atuação e nós a fortaleceremos, com certeza. Mas cada servidor público dessa Rede, que eu agora falei, vai trabalhar na questão da prevenção de uma atuação mais precisa, mais consciente.

A SESDEC tem uma responsabilidade também muito grande no que diz respeito à atuação da Polícia Militar na prevenção, atuação da Polícia Civil na repressão e aí nós temos a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente que é uma delegacia que tem uma grande responsabilidade. Nós temos aqui o IML. O IML tem um papel relevante demais nessa Rede.

A minha esposa trabalha na Maternidade Municipal, ela é Psicóloga e ali na Maternidade Municipal recebe boa parte das vítimas de violência, das adolescentes, e ela tem falado comigo de como tem sido frequente e grande essa situação que, realmente nos comove, nos deixa apreensivos.

Aqui, no que diz respeito à Lei 13.431 fala que "o Poder Público deverá fortalecer as delegacias de proteção à criança e ao adolescente.". Aqui é o nosso dever, é o nosso papel, é nós trabalharemos, a SESDEC vai trabalhar com firmeza nisso. E quero assegurar a preocupação do Governador Marcos Rocha nesse sentido, da Secretária Liana; a Luana e Liana, a dupla dinâmica ali. Tem Uélío e Hélio na SESDEC, tem Luana e Liana na SEAS, são as nossas duplas aqui.

Mas quero dizer que nós precisamos, como foi falado pelo Dr. Éverson, unir forças, focar nas prioridades, deixar de atuarmos no meio e voltarmo-nos para o fim. Desculpa, Dr. Éverson, estar citando o senhor, mas realmente, foi marcante a sua fala, uma fala de preocupação abalizada, de quem está vivendo na ponta. E eu fui delegado

na Delegacia de proteção à Criança e ao Adolescente por um tempo, e ali eu sentia as agruras, as dores de quem não tem realmente qualquer tipo de possibilidade. Precisa da nossa ajuda. Há pessoas que têm dinheiro, têm condições, podem pagar um Psicólogo. Mas eu cheguei ali, eu estive com algumas crianças que, realmente, a maior dor da minha vida, a pessoa não tem condição de levar o filho no hospital, não tem nem como pagar um meio de transporte. E isso me deixou altamente comiserado, altamente doído no meu coração. Graças a Deus a Polícia Civil, ali os policiais têm essa preocupação, coloca na viatura, leva, mas e depois, como fica? Então, isso não é uma questão de política pública tão somente, mas uma questão de humanidade. É uma questão de sabermos que nós, como seres humanos, temos que fazer mais. Temos que nos empregar. É doído. Eu também agradeço muito a sua fala, Denise, mereceu as palmas, com certeza, pelo emprego que tem, pela preocupação que tem. Vamos conversar mais, vamos nos unir mais.

Então, e nesse sentido de união eu agradeço Deputado Alex Silva, agradeço à Assembleia Legislativa que tem feito bastante o seu papel, mas digo, o Executivo não está de mãos atadas. Nós estamos também preocupados e vamos trabalhar e atuar para que uma melhor proteção seja dada às nossas crianças e adolescentes. Muito obrigado.

O SR. ALEX SILVA (Presidente) - Parabéns Dr. Hélio, pela sua fala, e obrigado.

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) - Neste momento, para proferir a sua mensagem, fará uso da palavra a Excelentíssima Senhora Liana Silva de Almeida Lima,

Secretária Adjunta da Secretaria de Estado da Assistência Social - SEAS.

A SRA. LIANA SILVA DE ALMEIDA LIMA - Bom dia a todos. Todas as moças que também estão aqui presentes.

Sinceramente falando, eu estou com uma esperança imensa no meu coração, porque, fazendo parte do Governo do Estado de Rondônia, nosso Governador Marcos Rocha, nossa Secretária da Assistência e Desenvolvimento Social Luana Rocha, tem como Plano Estratégico de Governo, a implantação desse Plano Estratégico de 2019 a 2023 no seu eixo 3, que fala sobre cidadania, mais especificamente no item 3.5, eu gostaria que colocasse para as pessoas visualizarem aqui qual é a grande preocupação, dentro desse eixo estratégico, do Governo do Estado de Rondônia, que temos um plano sim de combate a essa violência da criança e adolescente.

E essa estratégia de governo, estamos fazendo justamente esse trabalho de implantar justamente essa questão no eixo 3.5, que fala justamente sobre essa questão da proteção da criança e do adolescente, é o eixo principal que fala sobre essa temática (esse plano está disponível na internet. É só colocar: "Governo do Estado de Rondônia" e, lá, você vai achar o planejamento estratégico).

Além disso, como bem falou o Dr. Hélio, aqui está assim: "O Estado atua de forma a prevenir a vulnerabilidade e a proteger a população em casos de violações e dignidade humana. Tudo isso é compreendido como o exercício da cidadania, nas condições necessárias para a plenitude dos direitos fundamentais sociais. O sistema de prevenção, proteção e promoção de direitos singulariza a situação estatal desse eixo."

E quando você entrar, justamente nesse eixo estratégico para o próximo quadriênio, você vai encontrar quais são as estratégias do Governo do Estado de Rondônia para esse enfrentamento da Política de Direitos da Criança e do Adolescente. E, já executando esse plano, nós temos aqui, como bem falou o Dr. Hélio, o plano do Programa Criança Protegida. E eu vou deixar, nada mais nada menos, do que o próprio vídeo do Governador falando sobre essa questão.

Enquanto eles procuram o áudio, nós vamos falar justamente sobre como é a justificativa em relação a esta política e este plano do Programa Criança Protegida. A Política Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente possui como objetivo coordenar e acompanhar as políticas públicas voltadas para promoção, defesa e proteção dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, bem como articular e fomentar projetos e programas voltados ao fortalecimento dos Conselhos de Direitos e fomentar projetos e programas voltados ao fortalecimento dos Conselhos de Tutelares em âmbito municipal e estadual.

Nesse sentido, foi celebrado o termo de cooperação técnica entre a União, por meio do Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos, e o Governo do Estado de Rondônia, visando à implementação do Programa Criança Protegida, que tem como objetivo capacitar agentes que integram o sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente, com vistas ao fortalecimento do sistema e ao aprimoramento do atendimento da assistência e da proteção da criança e do adolescente com direitos violados.

Destarte, entende-se por agente do sistema de garantias de direitos, os agentes públicos e da sociedade civil, que atuam na rede de atendimento do Sistema Único de Saúde, do sistema educacional, na rede socioassistencial,

nos Conselhos Tutelares, nos Conselhos de Direitos, nas políticas militares do batalhão escolar, nas Delegacias de proteção à criança e ao adolescente, em unidade de acolhimento institucional, na Vara da Infância e Juventude, nas unidades socioeducativas, e nas unidades para cumprimento de medidas socioeducativas de meio aberto.

Qual é o objetivo geral desse Programa? É o fortalecimento do sistema de garantia de direitos e o aprimoramento do atendimento da assistência e da proteção da criança e do adolescente com direitos violados. Então, o trabalho do Criança Protegida é justamente trabalhar em rede. Nós temos os macrogestores. Quais são os macrogestores? São a SEDUC, como bem falou aqui o Dr. Hélio, a SESDEC, a Saúde e, também, a Assistência Social.

Dentro disso, nos dias 11 e 12 de setembro, nós tivemos a primeira capacitação, que foi a implementação (nós somos o Estado que está em primeiro lugar fazendo essa implementação do Programa). Nós capacitamos, nesses dias 11 e 12, 500 agentes multiplicadores (e acho que alguns deles estão aqui presentes, não é? Eu vejo muitos deles que estavam na capacitação também), 52 municípios estavam presentes neste evento. Nos dias 23 e 24 de outubro, agora próximo, vão ser traçados planos de ação já com as equipes dos macrogestores, justamente para fazer esse enfrentamento dessa política. Eu acredito que estarão juntos nisso, os Conselhos Tutelares, o CMDSA, os órgãos de fiscalização, o sistema de Justiça.

Eu acredito que só dessa maneira nós conseguiremos ter um avanço nesse sentido. Por quê? Porque nós sabemos desses índices enormes de violência - não é? -, como bem citou, aqui, o nosso colega, o Psicólogo Gyovani. Porém, nós precisamos do quê? Esses dados, como bem apontou a nossa

colega, que falou sobre o Conselho Tutelar ali, que os dados não são fidedignos. E nós precisamos do quê? É dar voz para que isso venha à tona, e, justamente, nós possamos trabalhar políticas eficientes e eficazes para, realmente diminuir ou minimizar esse problema, esse enfrentamento tão grande em relação à criança e ao adolescente.

Ontem mesmo, o papel do Estado, em relação a fazer as capacitações e fomentações dessa temática, teve o primeiro encontro da proteção social especial onde estavam presentes, nós temos aqui a Carlinha, também vários outros entes que são dos municípios em relação aos CREAS e aos CRAS, que eles trabalham diretamente com esse problema, para tratarmos assuntos pertinentes justamente à violação de direitos dessa criança e adolescente.

E eu vejo também que o Estado está cumprindo com o seu papel no sentido de fazer esse planejamento e fazer parte dessa Rede que falhas na Rede, houve falhas, mas, nós precisamos o quê? Unir forças, Legislativo, Executivo e Judiciário e saber justamente, dentro dessa propositura, onde estão os maiores gargalos e maiores problemas, porque, a ação está acontecendo. Nós estamos aqui, e eu espero justamente que nós, no ano que vem, tenhamos uma Audiência Pública, para eles verem os êxitos justamente desse plano estratégico que está sendo travado pelo Governo do Estado de Rondônia, juntamente com todos esses parceiros que precisamos justamente minimizar esses problemas.

Mas onde focar, onde está o maior gargalo? É justamente como ele falou dos CRAS e os CREAS, qual é o maior problema? Justamente a questão pessoal, é estrutural. Nós precisamos também mexer numa situação que é denominada de Lei de Responsabilidade Fiscal, que é justamente onde esbarra na questão contratação de pessoal, concursos públicos e já puxando para a área realmente do Legislativo,

para gente trabalhar ou estudar Leis como melhorar essa questão.

Nós temos outro Programa chamado Criança Feliz, que é um programa maravilhoso e nós não conseguimos implantar justamente por falta de pessoal. Eu estava participando, na semana passada, lá em Brasília, de uma capacitação juntamente com a nossa Secretária Municipal de Assistência Social do município, a Ana Negreiros, ela estava lá comigo, e a gente via a angústia no coração, porque são ótimos programas, são excelentes programas, só que precisa do quê? De ter esse suporte legal justamente para contratação de pessoal, como buscar estagiários e mexer nessa legislação, para que os municípios tenham pernas para poder trabalhar, e o Estado também.

Então, fica aqui a nossa contribuição e estamos conclamando toda a população realmente para que haja essa transformação e essa mudança. E quando a gente tem um plano estratégico governamental, um plano estratégico que faça a união dessa Rede, eu tenho certeza que nós vamos conseguir bons êxitos. Muito obrigada.

O SR. ALEX SILVA (Presidente) - Parabéns, dona Liana Silva, Secretária Adjunta. Obrigado pela sua fala.

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) - Ouviremos agora Genival Queiroga Júnior, Diretor do Instituto Médico Legal - IML.

O SR. GENIVAL QUEIROGA JÚNIOR - Bom dia a todos. Muito obrigado, Deputado. Parabéns pela sua iniciativa. Eu não ia

a princípio falar não, porque o IML costuma ouvir, ver e fazer a perícia. E fazer perícia é muito difícil no caso nosso, porque todos os que são periciados lá, estão vulneráveis, estão em situação de crise, situação, às vezes até de penúria sobre todos os aspectos, foi agredido, sofreu uma injúria, e não é fácil fazer perícia assim.

Eu me senti completamente contemplado, pode-se dizer assim, pela fala do Éverson e da Denise, que ao longo dos anos, coincidentemente, eu estou em Rondônia há 39 anos, faz 40 agora em dezembro, e 34 no IML, a mesma idade que a Denise tem na função dela, e eu não vi grandes mudanças. Vi muita conversa bonita, muito papo bonito, mas ação, pouca. Vou dar um exemplo. Quando eu ingressei no IML, tinham vinte e seis com a minha turma, que foi a maior turma da Academia de Polícia, foi a minha turma e nós éramos vinte e seis legistas em Porto Velho. Na época, Porto Velho, devia ter no máximo duzentos mil habitantes, quantos tem hoje? Trezentos por cento a mais com certeza, e nós somos vinte e seis. Rondônia tinha, na época, nove municípios, salvo engano, hoje tem cinquenta e dois, só tem IML em Porto Velho, só em Porto Velho e Ariquemes. Ariquemes tem um fantástico, que foi construído agora recentemente, mas, ainda não foi entregue para a gente. A previsão era dezembro do ano passado e não foi entregue até hoje. A vagainstitucional que a gente tem para médico legista, são cento e cinquenta médicos legistas no Estado todo, nós somos cinquenta e dois, faltam quantos? Noventa e oito.

O IML, como em outra Audiência Pública eu dizia, é triste entrar no IML! É muito triste! Tem um prédio que faz dez anos que foi construído, mas, a manutenção dele agora que está se fazendo, há questão de três meses, começamos a fazer algumas revisões. O próprio Deputado Léo Moraes, hoje federal, antes estadual, conseguiu uma emenda com muito

trabalho, com muito sacrifício, mas não foi efetivada essa emenda porque houve suspensão pelo Governo que foi substituído na época e é só cobrança. A Denise já esteve comigo por várias e várias vezes, me cobra o que ela tem direito de cobrar e que eu teria a obrigação de cumprir só que como, em que condições? Então, eu pedi para falar por último porque eu não queria me estender muito, mas eu acredito que podia pegar aqui o que o Éverson falou e o que a Denise falou e tentar cumprir, tirar do papel e fazer efetivar. A perícia é fazer e a gente faz. A gente faz uma média de 62 perícias por dia lá no IML e aumentaram sim as perícias em crianças, mas, graças a Deus, Denise, eu posso lhe dizer que o crime em si temse mantido. O que esta sociedade está vivendo hoje, em minha opinião - eu posso estar completamente errado, mas acredito que não -, é um denunciismo gracioso. Por qualquer coisa se denuncia. A gente vê muito frequente, pais, quando se separam, a mãe leva a criança contra o pai ou pai leva criança contra mãe. O dia de um ficar com o outro, ele filma, hoje em dia filmar é a coisa mais fácil do mundo, celular filma qualquer coisa, ele fez uma criança, aí entrega a criança para o ex-cônjuge. E quando devolve a criança filme de novo, se tiver um arranhão no joelho, a criança foi jogar futebol e quem joga futebol você corre grande risco, vamos dizer assim, de sofrer uma lesãozinha pequena, não é? E que não leva a nada, que não vale a pena nem se procurar. Mas se a criança tiver um arranhãozinho no joelho, aí é motivo de uma denúncia de maus-tratos. Então a gente precisa realmente valorizar a família. Eu não acredito em mudança nenhuma que não seja calcada na educação, daí o papel do educador. E acredito que a educação sexual é superimportante, mas não, digamos assim, um direcionamento sexual de como estava havendo e como ainda há essa conduta até dentro das escolas. E isso, a gente tem, como pai

tornar vigilante nisso. Muitas coisas aberrantes em nome da educação foram feitas.

Então eu agradeço realmente, muito importante, mas vamos sair do papel e passar para a prática. Muito obrigado.

O SR. ALEX SILVA (Presidente) - Obrigado, Dr. Queiroga, Diretor do Instituto Médico Legal - IML.

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) - Com a palavra, Excelentíssimo Senhor Deputado Eyder Brasil.

O SR. EYDER BRASIL - Bom dia a todos. Primeiramente quero agradecer a Deus pela oportunidade e parabenizar o meu nobre amigo Deputado Pastor Alex Silva, pela iniciativa e por tudo que tem feito desde quando assumiu o mandato. E assumiu a Comissão dos Direitos Humanos muito tem feito, muito sensibilizado com as políticas nesse sentido. Quero aqui cumprimentar meu amigo Deputado Léo Moraes, ao Secretário Adjunto da SESDEC, meu amigo Hélio Gomes e a Secretária Adjunta, Liana Silva. E cumprimentar a todos que os presentes tanto no nosso Plenário, na nossa Mesa de Autoridades quanto na galeria.

Dizer que para mim é uma satisfação estar fazendo parte desse processo e corroboro com as palavras do Éverson, da Denise e dizer que de discursos bonitos, de leis graciosas, linda, no papel, o nosso povo já está cansado. O que a gente precisa é de resolução do problema. Eu quero cumprimentar o Doutor Queiroga, já estive com ele aqui nesta mesma Casa de Leis, no outro plenário, tratando

a respeito desse déficit de profissionais. Esta Casa recebeu algumas denúncias, algumas reclamações e convidou a Polícia Civil e o Instituto Médico Legal para tratar sobre o assunto e muito bem trouxe, com base em toda a sua gama de experiência à frente do IML, esse déficit realmente de profissionais. E aqui eu faço minhas, as palavras do Dr. Hélio Gomes: não estamos aqui para achar culpados, para transferir o problema para governos passados, mesmo que tenha se iniciado neles. Hoje, nós estamos com o Estado de Rondônia nas mãos. Então, nós estamos com o Estado de Rondônia com seus problemas, com as suas mazelas nas mãos. E aqui eu faço coro junto com o Pastor Alex Silva dentro desta Casa de Leis, no sentido de a gente se um colaborador na resolução desses problemas. Apesar de não fazer parte da Comissão Direitos Humanos, em virtude de uma audiência na Câmara Municipal dos vereadores, não sei se a Denise lembra, estive lá na Audiência Pública, falando sobre o combate à violência à criança e ao adolescente e fiz um compromisso lá de criar a Frente Parlamentar de Combate à Violência contra nossas crianças e adolescentes. E essa Frente Parlamentar foi aprovada na última Sessão, salvo engano, na semana passada. Então, hoje, nesta Casa existe mais um mecanismo, mais uma ferramenta que vai ajudar de alguma forma. De alguma forma a gente vai ajudar a fazer parte da Rede de Enfrentamento. Acredito, Dr. Queiroga, que realmente essa é nossa filosofia e o nosso entendimento. Não existe mudança se não for através da Educação. E isso, muitas pessoas, com má intenção, fizeram, buscaram minar a Educação base, buscaram minar o futuro da nossa Nação lá nas nossas crianças, fazendo esse direcionamento, essa desvirtualização da Educação. Mas hoje como parlamentar que somos, representantes do povo, estamos trabalhando nesse sentido de dar realmente uma resolutividade nesta questão, neste problema. E aqui não faço questão nenhuma de esconder

- como eu falei lá-, sou uma vítima desses problemas e quero, com a minha ferida, ser um colaborador na resolução dessa problemática referente às nossas crianças. Mais uma vez parabenizar, Deputado Alex, por essa sua iniciativa e por toda a sua dedicação e trabalho como deputado estadual que é, tem feito desde quando assumiu este mandato. Parabéns.

O SR. ALEX SILVA (Presidente)- Parabéns, Deputado. Sei que a gente está junto e juntos nos tornamos mais fortes aí nesta luta. Esta Comissão, embora Vossa Excelência não faça parte dela, que é a Comissão de Defesa da Criança, da Mulher, do Idoso e do Adolescente, e é uma responsabilidade muito grande, mas na minha fala, eu vou poder finalizar aqui - inclusive, o Deputado Federal Léo, que vai falar agora dos direitos humanos, não é? Mas parabéns pela sua fala, querido.

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) - Neste momento, para proferir sua mensagem, fará uso da palavra Excelentíssimo Senhor Deputado Federal Léo Moraes, Bancada Federal de Rondônia.

O SR. LÉO MORAES - Bom dia a todos. É um prazer muito grande retornar a esta Casa de Leis, ainda mais na condução de uma Audiência proposta pelo Deputado Alex Silva, que eu acredito muito que preenche uma lacuna histórica de representatividade, de propugnar os interesses de crianças e adolescentes, algo que é tão latente na nossa sociedade essa necessidade, tanto é que eu acredito que os depoimentos foram nesse sentido. Mais do que autoridades

que representam a sua instituição, mesmo chegando depois, eu observei que são relatos, testemunhos e depoimentos que são dotados de muito sentimento de aflições e aspirações e anseios.

Concordo, comungo com muitos colegas que já falaram de não transferência da responsabilidade, e o contraponto disto é a necessidade de se autorresponsabilizar e exigir que exista uma boa formulação da política pública para minimizar e a arrefecer esses problemas, cada qual no seu eixo, no seu segmento e no seu Poder. O Poder Executivo: como formular uma boa política pública, oportunizar um bom orçamento para que isso seja feito. O Legislativo: uma lei que esteja realmente a contento destes anseios, que possa contemplar esta necessidade.

Nós estamos num momento dramático do processo legislativo e polarizado. Se está polarizado, infelizmente, se deturpa, muitas vezes, o real interesse. A visão fica embaçada por um viés, muitas vezes, ideológico. E também reconheço que o momento hoje do processo legislativo tem instado o debate muito a respeito da matéria penal, da reformulação do Código de Processo Penal, que inclusive temos uma Comissão montada na Câmara Federal. E baseado nisto, por exemplo, tenho tido uma participação proativa nesse debate. Fui o relator agora, e conseguimos vencer uma grande obstrução na Comissão de Constituição e Justiça, mas apenas com um voto contrário nós tornamos o crime de estupro imprescritível. Conversei com muitas pessoas, que me fizeram acreditar e entender que, às vezes, aquela pessoa violentada não tem condições de retirar essas amarras, de ter o equilíbrio necessário para fazer a denúncia conforme o prazo estabelecido na lei. E agora vamos levar a plenário para que seja aprovado, assim também, como tornar o crime de pedofilia hediondo, do qual

eu sou o relator, também, desse Projeto na Comissão de Constituição e Justiça. Que a gente pode atender especificamente, no meu desiderato, é a questão de leis mesmo e fiscalizar e fazer a cobrança.

E eu não tenho dificuldade nenhuma em dialogar, por exemplo, fui à Secretaria de Assistência Social para fazer a cobrança da identidade das pessoas com Autismo, das pessoas com deficiência para que a gente possa mensurar melhores resultados. E fui informado, mediante Ofício, que vai vir uma identidade nacional e que lá vai estar especificado quem tem Autismo, Transtorno do Espectro Autista e tantas outras coisas. Assim acredito, porque o dispêndio financeiro para criar uma carteira, e nós termos esse banco de dados, é muito pouco ante a consequência positiva que isso pode gerar.

Cumprimento a todos as autoridades, cumprimento a todas as mulheres em nome da Conselheira Tutelar Marina Falcão; todas as pessoas, Ezielmo, enfim, a Marina; todos os Conselheiros; as autoridades, o Doutor Éverson que, infelizmente, mas eu vou requerer aqui da taquigrafia, enfim, da equipe de comunicação o seu relato. O Doutor Éverson Pini é mais do que um Promotor de Justiça, que faz, tem um trabalho, a função de freio, contrapeso de atender a sociedade. Ele é um militante nesta causa. Ele sabe o que faz e ama o que faz. Eu fico honrado em tê-lo conhecido, exatamente numa trincheira, que era a discussão do Sistema Socioeducativo, do Sistema Prisional, que é outro problema que nós estamos enfrentando. Tem a PEC 372, também sou relator, que vai torna-los partícipes do artigo 144 da Constituição Federais, Oficiais de Segurança Pública. E eu fico muito gratificado de ter o Dr. Éverson Pini nesses debates.

Por isso, eu acredito muito que o Deputado Alex veio preencher uma lacuna muito importante, pela sensibilidade que ele tem, pela temperança e pelo aspecto não político, que o Deputado Alex tem. E até mesmo pela sua elevação espiritual. Vale destacar o trabalho que, muitas vezes, a igreja faz de recuperação de pessoas. E o Deputado Alex bem conhece essa atividade.

Queria também fazer um pedido, não sei, à Secretaria Municipal de Assistência Social, que nós destinamos emenda parlamentar, como foi o caso do Dr. Queiroga do IML, de dois automóveis para os Conselhos Tutelares aqui, isso em 2017, 2016, desde 2018 o dinheiro está na conta da Prefeitura, para que entregue esses veículos para essas pessoas. Existe uma criança vulnerável no Baixo Madeira, o Conselho Tutelar não tem combustível para pegar a rabeta para ir lá atender. Essa é a nossa realidade. Existe o mundo real, um mundo legal que muitas vezes não se encontram. Existe recurso lá e mais uma vez me coloco à disposição tanto da SEAS, quanto da SEMAS para nós tentarmos arrefecer todos esses índices. Décimo primeiro porque eles são dados oficiais. É que nem crime de estupro, não é? Nós temos quantos milhares que são velados? Que eles não são externados. É o caso, do mesmo jeito, da violência. E quanto mais há fragilidade, vulnerabilidade social, de renda, maior é o índice dos casos. E aí fica aqui o pedido, sem revanchismo, mas com tranquilidade, está desde novembro de 2018, esse dinheiro lá. O que a gente ouve são conversas não republicanas, da não entrega desses veículos. Como eu não tenho como provar, eu não vou colocar aqui e tornar público. Mas a gente quer colaborar.

A colega, Dra. Denise, que comentou que eu cheguei já ao final do desestímulo, da desesperança, das dificuldades que têm no dia a dia, é um regozijo nós renovarmos essa

esperança, mesmo com todas as dificuldades, por certo, certamente a senhora faria isso, porque a senhora ama e acredita que vai ajudar. A resiliência e a persistência são predicados de boas pessoas. E o que eu puder ajudar com orientação e propostas, em que pese, porque o processo legislativo é moroso, ele é penoso, é sacrificante, ele é injusto, um projeto de lei demora anos para que ele avance, eu estou inteiramente à disposição, também com emendas, com recursos, que é uma atividade secundária, mas cada vez sou mais cobrado sobre isso, mas eu tenho que entender que está se equilibrando com a atividade a minha função que é legislar. Para que eu esteja inteiramente à disposição, para que eu possa ajudar junto com os meus amigos deputados estaduais, os vereadores, os prefeitos, o governador. Acredito muito que o Governo vai ter que começar a entregar resultados, realmente que as coisas venham acontecer porque tem a caneta na mão e é natural que seja cobrado isso, e a gente quer ser intercessor.

E fico muito lisonjeado, muito honrado e gostaria muito de parabenizar o Deputado Alex Silva, porque eu não o conhecia e só ouço falar muito bem. Então, quando a gente ouve falar bem, é porque ele tem o interesse de atender a maioria das pessoas. E o agente público é exatamente isso, é, muitas vezes, renunciar do seu lazer, do seu robe, até da sua fé, muitas vezes, para se entregar aos demais. Então, parabéns, independente de proventos e tudo o mais. Parabéns, Deputado Alex Silva. Conte comigo. Estou inteiramente à disposição e faço parte da Comissão de Combate à Violência contra a Mulher. São dois homens dentro da Câmara Federal, eu e um Senador, e lá eu externei todas essas nuances. Então, eu gostaria muito de ter a Ata oficial desta Audiência para também entregar à Senadora Zenaide, Presidente desta Comissão. Muito obrigado. Ótimo

final de semana e vamos todos à luta. Afinal, todo mundo tem que ir junto. Obrigado.

O SR. ALEX SILVA (Presidente) - Obrigado, Deputado. Vossa Excelência, com certeza, o senhor será um grande reforço para nos ajudar nessa Comissão.

Pessoal, nós chegamos aqui ao fim desta Audiência Pública. É a segunda Audiência Pública que eu realizo como Deputado, que estou no primeiro mandato. Ali, durante a entrevista que me fizeram uma pergunta de "por que realizar esta Audiência com este tema", acima de tudo eu sou um pai, tenho filhos, e a gente se imagina diante das notícias que a gente vê, dessas ocorrências, o que se passa ou o que acontece em uma casa, onde se tem uma criança vítima de violência. Eu fico feliz porque, prestando atenção aqui no relato de cada um dos senhores, a gente pôde ver que não foi uma coisa mecânica. Foi uma coisa realmente do coração, uma coisa que realmente cada um ama em fazer.

E, antes de deputado, eu também sou pastor e eu prezo muito pela família. Eu acredito que a família é a base para tudo. Deus, claro que primeiramente, mas, depois a nossa família. E, assim, os valores da família, os preceitos que regem o mundo inteiro. Então eu parablenizo os senhores, obrigado pela presença de todos. Eu vou até fazer questão de ler desde a Mesa aqui, do meu companheiro aqui de luta diária, Deputado Eyder Brasil; Deputado Léo Moraes; a Liana também representando o Governo do Estado; o Dr. Hélio que fez parte junto conosco também. Deixa eu ver aqui agora, a Denise que contribuiu muito aqui para esse debate. Assim, aprendi muito, esta audiência foi justamente para isso, a Comissão que nós presidimos, que é a Comissão de Defesa da Criança, da Mulher, do Idoso e do Adolescente, é uma

Comissão de muita responsabilidade, não desmerecendo as demais que têm na Casa, mas, diretamente, a gente entra no lar das pessoas, porque são temas sensíveis e que, infelizmente, depois que o Doutor falou aqui, no início, os dados absurdos aqui da capital a gente fica mais preocupado ainda. Então, senhora Denise, muito obrigado pela sua presença, pela sua fala; a Dra. Maríllya também contribuiu muito, muito obrigado. O Gyovani que iniciou aqui a sua fala na audiência com esses dados aí que são preocupantes, infelizmente. A senhora Marina Falcão, que é a Conselheira que falou em nome do Conselho Tutelar aqui de Porto Velho, são cinco, contando com o de Jaci, obrigado pela sua fala. A senhora Laís Reis, muito obrigado pela sua presença e também pela sua fala. Dr. Éverson falou aquilo que a gente realmente precisava ouvir e precisa ouvir, porque tudo que tem acontecido é uma responsabilidade toda nossa e eu vejo o seguinte: eu me preocupo muito e falo com os que me ajudam no gabinete, que a gente jamais venha promover uma Audiência que não venha surtir efeito. Analisando o pouco tempo que eu tenho aqui nesta Casa, a gente vê que existem muitas leis, até boas, até boas, mas, que muitas das vezes não são executadas. Então, nós temos uma lei que era para proteger, mas que não protege. Então é uma deficiência muito grande e a gente espera, Dr. Éverson, realmente corrigir. E, de antemão, nessa Comissão, eu conto com ajuda de vocês. Eu estou à disposição independente de qualquer coisa. A Ana Cássia que me conhece há muitos anos pelo trabalho que a gente exerce, antes mesmo de eu ser parlamentar, e a gente está aqui para somar. A gente está aqui para aprender principalmente, que é meu primeiro mandato, Deputado Léo. Vossa Excelência já vem caminhando, já sabe a realidade como que é, a luta que é. O Deputado Eyder também é o primeiro mandato. Então, a gente está aqui para somar e fazer o possível para defender as nossas

crianças e a nossa família do modo geral. Dr. Genival, que a princípio não ia falar, mas falou e falou muito bem, obrigado pela sua presença e também os demais presentes que eu vou ler aqui também que é a Cleyanne Alves, Presidente do Conselho Municipal do Direito da Criança, eu faço questão de ressaltar a presença de todos; o Dr. Cássio Vidal, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, representando a OAB, muito obrigado pela sua presença. Dr. Eduardo Guimarães Borges, representando a Defensoria Pública do Estado de Rondônia, muito obrigado pela sua presença. Senhor Antônio Francisco Silva Presidente da Fundação Estadual de Atendimento Socioeducativo. Ana Carla de Souza, Coordenadora de Saúde Adolescente, da SESAU. Obrigado pela sua presença, querida. Lenilda Gomes de Sá, Coordenadora do Programa Criança Protegida, também na SESAU, obrigado pela sua presença. Ana Cristina Leandro, Coordenadora do Núcleo Socioeducativo, da SEDUC, obrigado pela sua presença. Fátima Aparecida, Assistente Social da Vara de Ato Infracional de Execução Medida Socioeducativa. Ana Maria Cristina, Coordenadora do Núcleo Socioeducativo também. Ana Cássia Cruz, Ana Cássia é de casa. Ezielmo está aqui conosco também, é do terceiro Conselho. A Marizânia Ferreira Pinheiro, que é do Conselho Tutelar também, obrigado pela sua presença, é do quarto Conselho. Ana Maria Negreiros, também obrigado pela sua presença. A Dra. Thaís, Coordenadora do Fórum Estadual, obrigado, querida, pela sua presença, precisamos continuar aquela conversa, naquele dia eu passei meio ruim. A Ana Carla da Silva, Vice-Presidente do Conselho Municipal, obrigado pela sua presença. Andréia Cristina Lobato, Assistente Social do 1º juizado. Vera Cortez, Técnica Educacional, representando a Secretaria de Estado, obrigado pela sua presença. Érica Ferrão, Chefe de Gabinete, representando a assessoria do gabinete da Deputada Federal

Jaqueline Cassol, obrigado pela sua presença. Rodilson Reis, Coordenador Auxiliar da Polícia Comunitária, muito obrigado. Se eu me esqueci de alguém, por favor, me perdoem.

Nós fizemos aqui algumas notações que a Comissão irá acompanhar, lembrando que essa Comissão é composta, eu como Presidente, tem o Deputado Anderson, a Deputada Cassia Muleta, Deputado Edson Martins, Deputado Cirone, Deputado Alex Redano, ambos estarão, nos comprometemos de acompanhar onde os recursos estão sendo aplicados, que foram temas que foram falados aqui hoje e nos comprometer sobre fiscalizar a legislação para que seja cumprida; buscar mais informações sobre o Fundo Estadual, por que ele está paralisado e apresentar em parceria com os órgãos presentes, um modelo político público estadual através da Comissão de Defesa de Direito da Criança.

Então gente, peço perdão pelo tempo que cada um falou. Realmente, pelo tema, foi pouco, mas eu pretendo visitá-los em particular para a gente poder conversar e através dessa conversa a gente poder surtir algum efeito, de fato, para que funcione, de fato, essa Rede de Enfrentamento por parte de todos os órgãos que fazem parte da mesma.

Muito obrigado pela presença de todos. Agradecer ao Cerimonial, ao pessoal do DECOM, a todos que nos ajudaram, as meninas. Sendo assim, invocando a proteção a Deus e em nome do povo rondoniense, declaro encerrada a presente Audiência Pública e desejamos um ótimo final de semana.

Obrigado a todos. Vão com Deus. Deus abençoe o nosso Estado.

(Encerra-se esta Audiência às 11 horas e 32 minutos)

(Sem revisão dos oradores)